

PROPOSTAS CHAPA 2 : A VOZ DO JOVEM MÉDICO 2024

Dr. Jônatas Dias CRM-PI 8151
Dra. Monise Simeão CRM-PI 6756

Eixo formação médica

1. Defendemos a suspensão de abertura de novas vagas em escolas médicas, bem como o engajamento político do Conselho Federal de Medicina (CFM) juntamente ao Ministério da Educação (MEC) na fiscalização da qualidade dos cursos de medicina públicos e privados.
2. Promover ampla divulgação do Sistema de Acreditação de Escolas Médicas (SAEME), criado pelo CFM em 2016, a fim de buscar melhorar a qualidade da formação médica brasileira.
3. Instituir um programa de avaliação seriada da educação médica, em parceria CFM e MEC.
4. Defender o Revalida, por meio de articulação política, jurídica e publicitária, como única forma de revalidação de diploma médico estrangeiro no Brasil.
5. Defender a residência médica como padrão ouro da formação de especialistas, por meio de fiscalização de pares com engajamento político e normativo.
6. Defender a complementação da bolsa-residência, a fim de garantir a dignidade salarial do médico residente.
7. Propor a redução em 50% da anuidade do conselho para médicos residentes e para primeira anuidade de médicos recém formados.
8. Defender a valorização financeira e acadêmica da atividade de preceptoria de residências médicas e do internato.
9. Atualizar o Programa de Educação Médica Continuada promovendo temas de Medicina Baseada em Evidências, educação financeira, empreendedorismo e direito médico
10. Favorecer a realização de parcerias para um programa de educação médica continuada visando a capacitação do médico recém formado atuante nas urgências e na atenção primária.

Eixo valorização médica

1. Defender categoricamente o plano de carreira médica (plano de carreiras, cargos e salários) para o serviço público – SUS, ou seja, organizar e padronizar os cargos médicos e garantir competitividade salarial em relação ao mercado, com remuneração seguindo o piso nacional (piso proposto pela Federação Nacional dos Médicos).
2. Juntar forças contra a contratação temporária de médicos usado pelo Programa Mais Médicos; e o usufruto do programa por não médicos. Unir força na defesa dos médicos bolsistas do programa mais médicos e médicos pelo Brasil pelo sua devida efetivação na AGSUS com vínculo trabalhista;
3. Articular conjuntamente a outras instituições médicas e ao poder legislativo a luta contra a precarização do trabalho médico que acontece com os contratos de pessoas jurídicas em substituição ao vínculo público(“PJotização”) e os inúmeros atrasos de pagamento provenientes destes tipos de contrato.
4. Instituir parâmetros de qualidade e limites quantitativos para o trabalho médico (dimensionamento adequado paciente/médico) nos serviços de pronto atendimento e de enfermagem dos setores públicos e privados; haja vista a atual demanda, que gera sobrecarga de trabalho e baixa resolutividade nos serviços.
5. Promover a estruturação de comissões de defesa de prerrogativas do médico no Conselhos Regionais de Medicina, a fim de instrumentalizar as ações dos conselhos na defesa da autonomia médica.
6. Articular iniciativas de publicidade com objetivo de valorização do médico perante a sociedade.
7. Defender a autonomia médica para a boa prática médica e o bom uso da Medicina Baseada em Evidência – MBE.
8. Realizar um processo de escuta dos profissionais e entidades, a respeito da atualização da resolução que regulamenta as propagandas médicas;
9. Criar uma “Central de Convênios”, isto é, uma instância coletiva das entidades médicas para a mediação de contratos com empresas operadoras de planos de saúde, visando reduzir a exploração dos médicos pelos convênios de saúde e garantir melhor poder de negociação da remuneração e do cumprimento de contratos e prazos de pagamento.
10. Amplo apoio ao médico no exercício da sua profissão por meio do combate a violência contra o médico em seu local de trabalho. Articular com o Ministério da Justiça e Segurança Pública um política especial de proteção ao profissional de saúde, especialmente em regiões de maior periculosidade.

11. Articular parcerias com os poderes executivo, legislativo e judiciário para o fortalecimento e valorização da atividade médica;
12. Defender um projeto de lei que garanta que todo serviço médico público ou privado, seja chefiado por profissional médico.
13. Articular um projeto de lei que vise a redução da carga tributária para o médico e sua melhor assistência previdenciária.